



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 169/2014

Cria uma Vara Judicial na Comarca de Ivaiporã, de entrância intermediária, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Cria uma Vara Judicial na Comarca de Ivaiporã, entrância intermediária, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Altera o art. 263 da Lei referida no art. 1º desta Lei, que passa a vigorar acrescido do inciso XXXIX, com a seguinte redação:

“Art. 263 ...
(...)
XXXIX – na Comarca de Ivaiporã:
b) a 3ª Vara Judicial.”

Art. 3º Cria um cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Ivaiporã, de entrância intermediária.

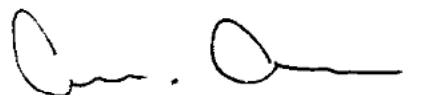
Art. 4º Cria um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito ora criado na Comarca de Ivaiporã, nos termos da Lei nº 16.957, de 5 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* deste artigo é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 5º Altera os Anexos IV, V e IX (Tabela 1) da Lei referida no art. 1º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

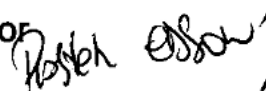
Sala das Comissões, 14 de maio de 2014.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 170/2014

Cria uma Vara Judicial na Comarca de Santo Antônio da Platina, de entrância intermediária, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Cria uma Vara Judicial na Comarca de Santo Antônio da Platina, entrância intermediária, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Altera o art. 263 da Lei referida no art. 1º desta Lei, que passa a vigorar acrescido do inciso XL, com a seguinte redação:

“Art. 263 ...

(...)

XL – na Comarca de Santo Antônio da Platina:

a) a 3ª Vara Judicial.”

Art. 3º Cria um cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Santo Antônio da Platina, de entrância intermediária.

Art. 4º Cria um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito ora criado na Comarca de Santo Antônio da Platina, nos termos da Lei nº 16.957, de 5 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.


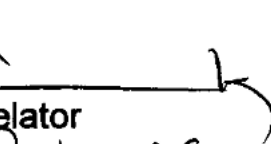

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* deste artigo é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 5º Altera os Anexos IV, V e IX (Tabela 1) da Lei referida no art. 1º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2014.

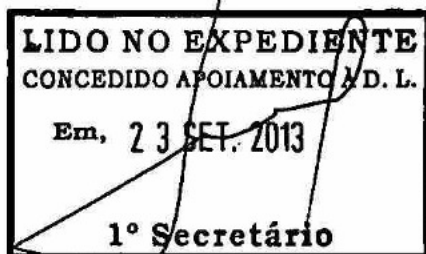

ALEXANDRE CURI
Presidente

  
Relator
Assessor Assessor


Relator



PROJETO DE LEI Nº 440/13



Dispõe sobre a proibição de uso de aparelhos eletrônicos em salas de aula para fins não-pedagógicos no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica proibido o uso de qualquer tipo de aparelhos/equipamentos eletrônicos durante o horário de aulas nos estabelecimentos de educação de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná.

Parágrafo único: A utilização destes equipamentos será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2013.

GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo proibir a utilização de qualquer equipamento eletrônico dentro de salas de aula em todo o Estado do Paraná, com ressalva para o uso com fim pedagógico.

A tecnologia nos traz muita praticidade no cotidiano. Isso se aplica inclusive no aprendizado. A utilização de equipamentos podem ser muito úteis no auxílio ao aprendizado.

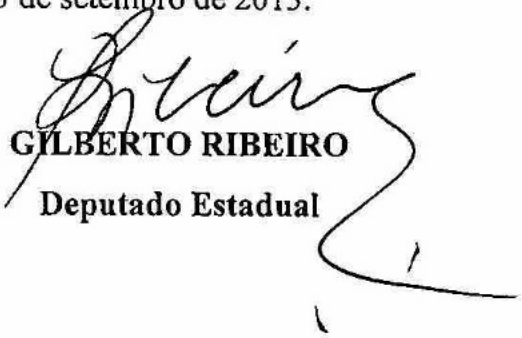
Todavia, da mesma forma que os equipamentos podem ser úteis para aprender, eles são excelentes formas para desviar a atenção e proporcionar acesso à conteúdos indevidos que não contribuem para a melhora do ensino.

Os jovens do ensino fundamental e médio não possuem ainda capacidade para controlar o uso desses aparelhos, o que proporciona desvio de atenção das aulas, acesso à conteúdo inapropriado e consequentemente um menor desempenho na qualidade do ensino.

O professor, como autoridade que é dentro de sala de aula, permitirá o uso de equipamentos desde que para fins de aprendizagem. Do contrário, o uso é proibido, visto a redução da qualidade do ensino.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2013.


GILBERTO RIBEIRO
Deputado Estadual



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 440/2013 de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro que *DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS EM SALA DE AULA PARA FINS NÃO-PEDAGÓGICOS NO ESTADO DO PARANÁ.*

Relator: Deputado Pedro Lupion.

VISTA EM 15/10/13
DEP. TRAIANO

CCJ

I- RELATÓRIO

Nos termos regimentais, veio a essa Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei (PL) nº 440/2013 de autoria do Deputado Estadual GILBERTO RIBEIRO, o qual *"Dispõe sobre a proibição de uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula para fins não-pedagógicos no estado do Paraná."*

Conforme se denota no bojo do PL o seu objetivo é vedar o uso de qualquer tipo de aparelho/equipamentos eletrônicos durante o horário de aulas nos estabelecimentos de educação de ensino fundamental e médio em todo o Estado do Paraná, havendo ainda, disposição que os mencionados equipamentos poderão ser utilizados desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.



Na inclusa justificativa o Parlamentar aduz que o escopo de sua proposição é proibir a utilização de qualquer equipamento eletrônico dentro das salas de aulas em todo o Estado do Paraná, com a ressalva da finalidade pedagógica.

Afirma que não obstante os equipamentos eletrônicos serem uteis para o aprendizado em geral, são também uma forma de desviar a atenção e proporcionar acesso a conteúdos inapropriados e consequentemente um menor desempenho na qualidade do ensino.

Por fim, menciona que o professor como autoridade que é dentro de sala de aula, permitirá o uso de equipamentos desde que para fins de aprendizagem. Do contrário, o uso é proibido, visto a redução da qualidade de ensino.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO

Conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), mais especificamente em seu artigo 33A¹, compete a essa Comissão a análise das proposições apresentadas quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural.

Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Pois bem.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



O proponente detém legitimidade para apresentar proposições perante esta Casa Legislativa, conforme menciona o artigo 65 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo meu).

A mesma matéria é tratada no artigo 124² do RIALEP, não restando dúvida em relação a possibilidade do Parlamentar que subscreve o PL em apreço em apresentá-lo.

Examinando o Projeto de Lei sob o aspecto da constitucionalidade formal, verifica-se que a matéria se insere na competência legislativa do Estado, por meio de Lei Ordinária, sendo a iniciativa legislativa concorrente com a União, conforme preceitua o artigo 24, inciso IX³ da Constituição Federal e o artigo 13, inciso IX⁴ da Constituição Estadual.

O espírito que rege a proposta é o de assegurar a essência do ambiente pedagógico que deve prevalecer na escola. Sendo assim, é inquestionável que a matéria versada no PL está em conexão direta a educação.

No mesmo sentido a matéria não se insere na competência privativa do Governador do Estado (Artigo 66⁵ da Constituição Estadual).

² Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

³ Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

⁴ Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

[...]

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

⁵ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

[...]



Analizando a proposição sob o prisma da constitucionalidade material e da juridicidade, não vislumbro nenhum óbice à apreciação da matéria por esta Casa Legislativa.

Entendo que o problema está focalizado no uso de telefones celulares e é nesse dispositivo que a lei deve se concentrar. Ademais, em virtude da convergência tecnológica, são esses aparelhos que vêm, crescentemente, incorporando as demais funções dos eletrônicos portáteis, como jogos, tocadores de música e mesmo o acesso a canais televisivos.

Dessa forma, não há qualquer conflito com os princípios constitucionais, com a própria Constituição bem como com a legislação infraconstitucional, ao contrário disso a proposta vem ao encontro do interesse público, uma vez que busca dar mais eficiência ao ensino paranaense, evitando focos de distração no decorrer da aula.

Ademais, a proposição já é uma realidade em vários Estados brasileiros a exemplo do Estado de São Paulo (Lei nº 12.730, de 11/10/2007), como o Rio de Janeiro (Lei nº 5.222, de 2008) que já dispõem de legislação no mesmo sentido. Ainda, há proposição semelhante tramitando na Câmara dos Deputados, conforme o Projeto de Lei nº 2.246/2007 (apensado aos PLs nºs 2.547/07 e 3.486/08).

Da mesma forma, não obstante a inexistência de legislação estadual que regule a matéria a proibição que busca o PL já é uma realidade em inúmeras instituições privadas de ensino paranaense.

Cumpre-me esclarecer que tenho o entendimento que o Estado deve ter uma interferência mínima na vida privada, porém a realidade atual demonstra que a pretensa legislação é necessária uma vez que há proliferação do uso indiscriminado de aparelhos eletrônicos em salas de aulas, em principal aparelhos celulares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Restando claro inclusive que a pretensa legislação não proíbe o porte dos mencionados dispositivos eletrônicos e tão somente veda o seu uso nos horários destinados às aulas.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e consequente APROVAÇÃO do Projeto de Lei N. 440/2013, de autoria do Deputado GILBERTO RIBEIRO.

Sala das Comissões, 05 de Novembro de 2013.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Deps Todini
Canto
absteve Pericles

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO
05/11/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER

Projeto de Lei nº 440/2013
Autor: Deputado Gilberto Ribeiro

Súmula: Dispõe sobre a proibição de uso de aparelhos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei em análise, que tem como objetivo a proibição de aparelhos ou equipamentos eletrônicos não destinados a fins pedagógicos nas salas de aula no âmbito do Estado do Paraná, recebeu parecer favorável no tocante à constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça na sessão de 05/11/2013.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente¹, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante a matérias afeitas à educação, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do projeto, pois atinge a finalidade constitucional² do Estado no atendimento e promoção da educação.

Pelo exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do projeto em tela, exarando assim **PARECER FAVORÁVEL**.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

¹ REGIMENTO INTERNO ALEP: Art. 33-G - Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas a educação e instrução pública ou particular.

² Constituição Federal, Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho